



ANEXO I DO DECRETO Nº 3536/2023(*)

02 - MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMA DE TRABALHO	CR	DESPESA - FONTE	REFORÇO
02.01 - 04.126.0132.2.222 GAB - Infraestrutura, Suporte e Sistemas	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	6.400.000,00
02.04 - 04.129.0057.2.221 SEMFAZ - Geoprocessamento	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	5.500.000,00
02.11 - 15.451.0034.1.400 SEMOP - Desapropriação de Imóveis para Fins Públicos	-	4.4.90.61.00 - 2.704.0104	648.100,00
02.11 - 15.451.0034.3.208 SEMOP - Acessibilidade na Praça Prefeito Cláudio Ribeiro - El Colet via 2021	-	4.4.90.52.00 - 2.704.0104	55.355,00
02.11 - 15.451.0034.3.209 SEMOP - Reforma da Praça no Cláudio Ribeiro - El 009/2021	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	1.137.891,27
02.11 - 15.451.0034.3.210 SEMOP - Revitalização da Localidade de Gelson Apicelo - El Colet via 2021	-	4.4.90.51.00 - 2.704.0104	3.895.000,00
02.11 - 15.452.0115.2.468 SEMOP - Restauração e Manutenção de Ruas e Estradas	-	3.3.90.30.00 - 2.704.0104	1.000.000,00
02.11 - 23.695.0035.1.399 SEMOP - Construção, Urbanização e Reforma da Infraestrutura Turística	1959	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	765.883,30
02.11 - 15.452.0115.2.478 SEMOP - Manutenção dos Cemitérios Municipais	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	2.474.769,58
02.11 - 23.695.0035.1.399 SEMOP - Construção, Urbanização e Reforma da Infraestrutura Turística	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	86.769,63
02.11 - 27.812.0089.1.470 SEMOP - Ampliação e Construção de Centros Esportivos e de Lazer	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	2.024.334,94
02.12 - 23.695.0035.2.505 SEDTUR - Fomento ao Turismo	-	3.3.90.39.00 - 2.704.0104	1.684.800,00
TOTAL			25.672.903,72

ANEXO II DO DECRETO Nº 3536/2023(*)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2.704.0104	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - Lei 7990/89	25.672.903,72
TOTAL		25.672.903,72

DECRETO Nº 3.547/2023 (*)

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2695/2022, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS DO LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO DE PROJETOS DE ARQUITETURA DE EDIFICAÇÕES DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação de regência, alínea "a", inciso I, do art. 100, da LOMRO, em consonância ao processo administrativo nº 5916/2023.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre procedimentos específicos para aprovação, legalização e expedição de Certidão de Habite-se de Unidades Residenciais Multifamiliares, Grupamentos Unifamiliares ou Multifamiliares, com base na Lei Municipal nº 2695/2022 e na Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, denominado Licenciamento Simplificado.

§ 1º Serão abrangidas por este decreto aquelas residências habitadas por mais de uma família, podendo estar agrupadas em uma única edificação ou em diversas edificações no mesmo lote, com acesso comum para via pública, e que tenha áreas e/ou sistema de saneamento comuns com outras unidades do lote.

§ 2º deverão ser regularizadas todas as edificações no lote, cujo o total de área construída seja menor que 2000m² e gere volume de resíduos de até 100m³.

Art. 2º O Projeto Simplificado Multifamiliar é o conjunto de peças gráficas demonstrativas das dimensões externas, volumetria e demais parâmetros urbanísticos relevantes da edificação projetada, dispensada a representação dos compartimentos, suas dimensões e destinação e substitui o projeto arquitetônico convencional, devendo ser submetido à análise dos órgãos técnicos da Prefeitura do Município de Rio das Ostras, para efeito de licenciamento de obra.

Art. 3º Não se aplicam as regras previstas nos arts. 1º e 2º deste Decreto às edificações de uso misto e as edificações para fins não residenciais.

Art. 4º Os requerentes e profissionais dos processos de aprovação simplificada de projeto assumirão perante a Administração Pública o compromisso com o atendimento de toda a legislação vigente, mediante formalização de Termo de Responsabilidade, conforme modelo ANEXO I, nos termos da Lei Municipal nº 2695/2022.

Art. 5º Deverão ser previstos hidrômetros individualizados para cada unidade privativa acordo com a Lei Federal nº 13.312/2016.

Art. 6º O processo será aberto na Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, no Protocolo, e acompanhado dos documentos abaixo discriminados:

I- requerimento de abertura de processo, conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ,

preenchido e assinado pelo requerente, seu representante legal ou o profissional técnico responsável;

II- cópia dos boletos e comprovantes de pagamento emitidos pela Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ, referentes às taxas de Aprovação de Projeto e Autenticação de Plantas;

III- cópia do espelho do IPTU, do imóvel, atualizado na data do requerimento, ou Certidão Negativa Imobiliária emitida pelo site <https://spe.riodasostras.rj.gov.br>;

IV- cópia Certidão de Ônus Reais ou Inteiro Teor atualizada, Cópia da Escritura definitiva, Promessa de Compra e Venda registrada em cartório, ou título que comprove a posse do imóvel;

V- 01 (uma) foto atualizada da testada e do interior do lote – em caso de lote murado - ou relatório fotográfico da edificação a legalizar contendo:

- a) vista da testada demonstrando a calçada com rebaixo e muro com portões;
- b) foto da fachada de todas as unidades;
- c) afastamento frontal, lateral e fundos;
- d) identificação da unidade /afastamento na legenda de cada foto.
- e) foto das áreas comuns (circulações internas, pavimento técnico com reservatórios, hidrômetros, elevador com painel em braile, piscina, espaços de lazer, vagas numeradas)

VI- Cópia do documento de identificação do requerente (RG, CNH ou carteira profissional) e CPF ou Cópia do Contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica legalmente constituída, e cópia do documento pessoal de identificação do representante legal (RG, CNH ou carteira profissional) e CPF;

VII- cópia do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT - da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART – ou do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, de autoria de projeto e de execução de obra, ou de laudo técnico, devidamente paga;

VIII- cópia do Registro no CREA ou do CRQPF do CAU com documento de identificação com foto do arquiteto, ou Registro no CFT;

IX- cópia do comprovante de pagamento do ISS, atualizado na data do requerimento, dos profissionais atuantes no processo devidamente cadastrado no Município;

X- os Termos de Responsabilidade assinados pelos interessados conforme o art. 5º deste Decreto;

XI- cópia preenchida do Termo de Compromisso de Pequeno Gerador de Resíduos da Construção Civil, conforme ANEXO I da Resolução da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca-SEMAP nº 12/2017;

XII – protocolo do Corpo de Bombeiros (CBMERJ)

XIII - 01 (uma) cópia do Projeto Simplificado devidamente assinado contendo:

a) planta de Situação/Implantação indicando:

1. forma e dimensão do terreno e confrontantes conforme matrícula do Registro de Imóveis;

2. dimensão da calçada indicando o rebaixo do meio-fio cotado;

3. plantas esquemáticas do perímetro da edificação, contendo as dimensões externas (para possibilitar o cálculo das áreas), as divisões das unidades e demais áreas comuns e os afastamentos das divisas e alinhamentos;

4. planta do pavimento tipo, do pavimento técnico, pavimento de uso comum (PUC), edificações de uso comum (sauna, salão de festas, administração, guarita) e piscinas, tudo devidamente cotado.

indicação de curvas de níveis ou cotas de níveis;

5. localização do sistema de saneamento e reuso de águas pluviais:

b) corte esquemático indicando a altura da construção e do pavimento técnico ou platibanda;

c) planta de localização ou imagem de satélite identificando o lote;

d) orientação magnética;

e) quadro de áreas padrão e carimbo padrão, que deverá estar situado no canto inferior direito junto à margem, em todas as pranchas, e quadro de áreas detalhado, quando houver mais de uma unidade no lote;

f) dimensionamento do sistema de saneamento, bem como de reuso de água pluvial, quando couber.

Parágrafo único. O Projeto Simplificado deverá ser apresentado em prancha única, em formato mínimo A3, e conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Manutenção da Infraestrutura Urbana e Obas Públicas - SEMOP.

Art. 7º Quando da elaboração do projeto regulamentado por este Decreto, deverá ser observado ainda:

Parágrafo único A análise do projeto será efetuada pelos Arquitetos, Engenheiros ou técnico em edificações da Secretaria de Manutenção de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, com relação aos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelas normas vigente, onde serão verificados pelo setor os recuos, afastamentos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e demais parâmetros pertinentes que tratam do uso e ocupação do solo além da acessibilidade.

Art. 8º Poderá ser requerida a migração do processo de aprovação convencional, ainda sem conclusão de aprovação ou antes do habite-se, para o modelo de aprovação simplificada, sendo neste caso necessário juntar solicitação de migração ao processo em trâmite, modelo conforme ANEXO II

Art. 9º Quando necessárias correções, apontadas na análise técnica, o requerente terá no máximo 45 (quarenta e cinco) dias para apresentar o projeto simplificado corrigido.

Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos por parte do requerente ocasionará no indeferimento e encaminhamento do processo ao arquivo.

Art. 10. Após a terceira análise da secretaria sobre o projeto simplificado e ainda existindo pendências, o processo será indeferido e será necessário ingressar com um novo pedido.

Art. 11. Estando sanadas todas as exigências decorrentes da análise do projeto, o Projeto Simplificado será aprovado pela Administração Pública e emitido o Alvará de Construção.

Art. 12. Para emissão do habite-se, parcial ou total, a edificação deverá estar concluída, ou seja, pintada, com os devidos revestimentos, áreas comuns concluídas, paisagismo concluído, instalações em pleno funcionamento, deverão também ser juntados ao processo os seguintes documentos:

I - o Termo de Solicitação de Certidão de Habite-se, modelo ANEXO III,

II - o relatório fotográfico descrito no art. 6º, V

III – certificado de aprovação do CBMERJ

IV – carta de entrega do elevador e ART (quando tiver)

V - cumpridas as restrições informadas no Alvará, caso haja.

Parágrafo Único: os imóveis inseridos na Zona de Especial Interesse Ambiental deverão ter vistoriadas pela SEMAP para emissão do habite-se.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.



Rio das Ostras, 10 de março de 2023.

MARCELINO CARLOS DIAS BORBA

Prefeito do Município de Rio das Ostras

(*) Republicado por incorreção na publicação do Jornal Oficial do Município - Edição nº1544 de 10 de março de 2023.

ANEXO I DO DECRETO Nº 3547/2023

**TERMO DE COMPROMISSO
(Proprietário)**

Eu, _____
(nacionalidade),
(estado civil),
(profissão), portador da
carteira de identidade nº _____, expedida em
____/____/____, por _____ (Órgão Expedidor), venho
através deste solicitar a aprovação do projeto de arquitetura para
o imóvel situado à Rua _____,
Quadra _____, Lote _____, nº _____,
Loteamento _____, Bairro _____,
inscrição municipal nº _____, nos termos
da Lei Municipal nº 2695/2022 e Decreto Municipal nº 3547/2023.
Firmo o presente Termo de Compromisso perante o município
de Rio das Ostras, quanto ao conhecimento, atendimento e
cumprimento irrestrito das Legislações que versam o presente
pedido, ciente das penalidades administrativas, civis e penais em
seu descumprimento.

Lei Municipal nº 2695/2022 “(...)

Art. 3º Os proprietários e responsáveis técnicos pela execução da obra assumirão, quando da aceitação da obra ou concessão do habite-se, a responsabilidade de ter respeitado o projeto e as legislações aplicáveis às construções quando da aprovação, durante sua execução, fazendo-o por auto declaração.

Art. 4º No Licenciamento Simplificado o atendimento às normas edíficas, de saneamento e de acessibilidade será de inteira responsabilidade do autor, responsável técnico e do proprietário, nos termos desta Lei.

Art. 5º Verificado o desrespeito às disposições legais nos dados objeto das declarações, projetos e na execução do projeto, será revogada a aprovação/legalização do imóvel e os Conselhos Profissionais serão notificados para adoção das medidas no âmbito de suas competências, sem prejuízo das sanções nas esferas administrativa, civil e penal.

Parágrafo único. Os profissionais que desrespeitarem as normas e tiverem a aprovação/legalização revogada, ficarão impedidos de utilizar o Licenciamento Simplificado durante 1 (um) ano.

Rio das Ostras, ____ de _____ de _____.

Proprietário

**TERMO DE COMPROMISSO
(Responsável Técnico)**

Eu, _____
(nacionalidade),
(estado civil), _____ (profissão),
portador da carteira de identidade nº _____,
expedida em ____/____/____, por _____ (Órgão
Expedidor), inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº
_____, com inscrição no Órgão de Classe
_____, na qualidade de contratado pelo
(a) proprietário (a) para ser o responsável técnico pela execução
da obra/ pelo laudo técnico do projeto para o imóvel situado
à _____, nº _____, Quadra
_____, Lote _____, Loteamento _____, Bairro
_____, inscrição municipal nº _____,
nos termos da Lei Municipal nº 2695/2022 e Decreto Municipal
nº 3547/2023. Firmo o presente Termo de Compromisso perante
o município de Rio das Ostras, quanto ao conhecimento,
atendimento e cumprimento irrestrito das Legislações que versam
o presente pedido, ciente das penalidades administrativas, civis
e penais em seu descumprimento. Para efeitos do licenciamento

ora solicitado, informo que para o imóvel objeto deste, foi expedida
a (s) seguinte (s) ART nº _____ / RRT nº _____
_____ TRT nº _____ junto ao respectivo
conselho.

Lei Municipal n.º 2695/2022: “(...)

Art. 3º Os proprietários e responsáveis técnicos pela execução da obra assumirão, quando da aceitação da obra ou concessão do habite-se, a responsabilidade de ter respeitado o projeto e as legislações aplicáveis às construções quando da aprovação, durante sua execução, fazendo-o por auto declaração.

Art. 4º No Licenciamento Simplificado o atendimento às normas edíficas, de saneamento e de acessibilidade será de inteira responsabilidade do autor, responsável técnico e do proprietário, nos termos desta Lei.

Art. 5º Verificado o desrespeito às disposições legais nos dados objeto das declarações, projetos e na execução do projeto, será revogada a aprovação/legalização do imóvel e os Conselhos Profissionais serão notificados para adoção das medidas no âmbito de suas competências, sem prejuízo das sanções nas esferas administrativa, civil e penal.

Parágrafo único. Os profissionais que desrespeitarem as normas e tiverem a aprovação/legalização revogada, ficarão impedidos de utilizar o Licenciamento Simplificado durante 1 (um) ano.

Rio das Ostras, ____ de _____ de _____.

Responsável técnico

**TERMO DE COMPROMISSO
(Autor do projeto)**

Eu, _____
(nacionalidade),
(estado civil), _____ (profissão),
portador da carteira de identidade nº _____,
expedida em ____/____/____, por _____ (Órgão
Expedidor), inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº
_____, com inscrição no Órgão de Classe
_____, na qualidade de contratado
pelo (a) proprietário (a) para ser o autor (a) do projeto para
o imóvel situado à Rua _____,
Quadra _____, Lote _____, nº _____, Loteamento
_____, Bairro _____, inscrição
municipal nº _____, nos termos da
Lei Municipal nº 2695/2022 e Decreto Municipal nº 3547/2023.
Firmo o presente Termo de Compromisso perante o município
de Rio das Ostras, quanto ao conhecimento, atendimento e
cumprimento irrestrito das Legislações que versam o presente
pedido, ciente das penalidades administrativas, civis e penais em
seu descumprimento. Para efeitos do licenciamento ora solicitado,
informo que para o imóvel objeto deste, foi expedida a (s) seguinte
(s) ART /RRT/ TRT nº _____ junto ao respectivo
conselho.

Lei Municipal n.º 2695/2022: “(...)

Art. 2º O autor do projeto de arquitetura objeto desta Lei assumirá, perante o Município de Rio das Ostras e a terceiros, a responsabilidade do cumprimento no projeto de todas as legislações referentes ao uso, ocupação, bem como as demais legislações urbanísticas e normas técnicas vigentes na esfera municipal, estadual e federal, por declaração, responsabilizando-se nas esferas administrativa, civil e penal pela veracidade das informações.

(...)

Art. 4º No Licenciamento Simplificado o atendimento às normas edíficas, de saneamento e de acessibilidade será de inteira responsabilidade do autor, responsável técnico e do proprietário, nos termos desta Lei.

Art. 5º Verificado o desrespeito às disposições legais nos dados objeto das declarações, projetos e na execução do projeto, será revogada a aprovação/legalização do imóvel e os Conselhos Profissionais serão notificados para adoção das medidas no



âmbito de suas competências, sem prejuízo das sanções nas esferas administrativa, civil e penal.

Parágrafo único. Os profissionais que desrespeitarem as normas e tiverem a aprovação/legalização revogada, ficarão impedidos de utilizar o Licenciamento Simplificado durante 1 (um) ano.

Rio das Ostras, ____ de ____ de ____.

Autor do Projeto

ANEXO II DO DECRETO Nº 3547/2023

Termo de Solicitação Migração de Processo (Proprietário)

Eu, _____,
(nacionalidade), _____
(estado civil), _____ (profissão),
portador da carteira de identidade nº _____,
expedida em ____/____/____, por _____ (Órgão
Expedidor), inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº
_____, na qualidade de proprietário do
imóvel situado à Rua _____,
Quadra _____, Lote _____, nº _____, Loteamento
_____, Bairro _____, inscrição
municipal nº _____, cujo projeto de
arquitetura encontra-se em tramitação/foi aprovado na Secretaria
de Manutenção de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, através
do processo administrativo nº _____/_____, venho solicitar
a migração da análise do referido processo para o licenciamento
simplificado nos termos do artigo 8º do Decreto Municipal nº
3547/2023, me comprometendo a apresentar todos os documentos
ao referido licenciamento simplificado.

Rio das Ostras, ____ de ____ de ____.

Proprietário

ANEXO III DO DECRETO Nº 3547/2023

Termo de Solicitação de Certidão de Habite-se

Eu, _____,
(nacionalidade), _____
(estado civil), _____ (profissão),
portador da carteira de identidade nº _____, expedida
em ____/____/____, por _____ (Órgão Expedidor), inscrito
no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, na
qualidade de proprietário do imóvel situado a _____,
Loteamento _____, nº _____, Quadra _____, Lote _____,
Bairro _____, venho em conjunto com o Responsável Técnico pela execução
da obra/ pelo laudo técnico (engenheiro/arquiteto/técnico em
edificações) _____, () CREA () CAU () CFT
nº _____ solicitar a emissão da Certidão de Habite-se
da Unidade residencial nº _____ (quando for parcial) objeto
do processo de Licenciamento Simplificado aprovado através do
processo administrativo nº _____/_____.
Afirmamos que a mesma foi executada conforme projeto aprovado
e encontra-se concluída e apta a receber a respectiva certidão.

Rio das Ostras, ____ de ____ de ____.

Proprietário

Responsável técnico

DECRETO Nº 3550/2023

“Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação, em caráter de urgência, o imóvel que especifica e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Estado do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e nos arts. 2º e 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3365/41, no art. 5º do Decreto Municipal nº 1.424/2016, em consonância ao processo administrativo nº 1255/2022, e:

Considerando que a Associação Pestalozzi de Rio das Ostras, fundada em 08/03/2008, é uma instituição civil não governamental, sem fins lucrativos e econômicos, com sede no Município de Rio das Ostras, localizada atualmente na Rua Rio Grande do Norte, 323, Cidade Praiana – Rio das Ostras - RJ;

Considerando que a Associação Pestalozzi oferta atendimentos voluntários e especializados a crianças e adolescentes com deficiências, por meio de equipe multidisciplinar nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, serviço social, pedagogia, psicopedagogia, neurosopedagogia, massoterapia, atendimento educacional especializado e oficinas pedagógicas, como: artesanatos, cozinha experimental, inclusão digital e cinema;

Considerando que Associação Pestalozzi objetiva promover aos assistidos a melhoria da qualidade de vida, bem como o reconhecimento e fortalecimento de sua identidade, promovendo assim a inclusão social e a cidadania;

Considerando que a Associação Pestalozzi de Rio das Ostras está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RO desde o ano de 2011;

Considerando reunião realizada na Procuradoria Geral do Município em 26/10/2022, com a Associação Pestalozzi, representada por Claudineia Afonso e voluntário Sr. Jorge Thales dos Santos Neves, onde elucidaram todas as informações pertinentes a escolha do imóvel;

Considerando que o imóvel escolhido pela Associação Pestalozzi, localizado na Rua Alagoas, nº 56, lote 10, quadra 35, Cidade Praiana - Rio das Ostras - RJ, possui 224,98m² de área construída, incluindo 06 (seis) dormitórios, sendo 02 (duas) suítes, sala, cozinha, 02 (duas) varandas amplas e 360m² de área total útil, possibilitando a ampliação do imóvel;

Considerando que a localização do referido imóvel é extremamente acessível as pessoas e famílias assistidas na entidade, atendendo a importância da proximidade de 02 (dois) pontos de parada para transportes públicos, além disso, o imóvel está localizado a 100 m da Rodovia Amaral Peixoto e 100 m da Rua Santa Catarina, uma das principais ruas do Loteamento Cidade Praiana.

Considerando que a maior parte do público-alvo assistido está concentrado no Loteamento supracitado;

Considerando que o imóvel escolhido possui toda documentação regularizada como habite-se e RGI, conforme regulamenta o Decreto Municipal nº 1.424/2016;

Considerando que o valor inicial do anúncio de venda do imóvel era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

Considerando que os proprietários reduziram o valor de



venda do imóvel para R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais), para que o mesmo estivesse em conformidade ao valor da Emenda Impositiva da ação orçamentária: 08.242.0123.3.254 em apoio à Pestalozzi – EI COLETIVA 2021;

Considerando que os demais imóveis visitados não cumprem os requisitos essenciais do Decreto Municipal nº 1.424/2016, que regulamenta o procedimento administrativo de desapropriação de imóvel no âmbito da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, **em caráter de urgência**, o imóvel abaixo relacionado:

I- **IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA:** Imóvel urbano com área total de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área útil, sendo 224,98 m² (duzentos e vinte e quatro metros quadrados e noventa e oito centímetros quadrados) de área total construída, localizado na Rua Alagoas, nº 56, lote 10, quadra 35, Cidade Praiana - Rio das Ostras - RJ, inscrito na municipalidade sob o nº 01.7.045.0126.001, objeto da matrícula nº 41948, registrado no Serviço Notarial e Registral do Ofício Único de Rio das Ostras/RJ, de propriedade do Sr. Evandro Diniz de Farias, inscrito no CPF sob o nº 858.XXX.XXX-15 e sua esposa Sra. Maria Lucia Rodrigues Diniz, inscrita no CPF sob o nº 036.XXX.XXX-61.

Art. 2º. A presente desapropriação destina-se a implantação e instalação da ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE RIO DAS OSTRAS, em atendimento a Emenda Impositiva Coletiva 2021.

Art. 3º. O imóvel expropriado foi avaliado na forma da lei, por Comissão Permanente de Avaliação.

Art. 4º. As despesas decorrentes da desapropriação a que refere o presente Decreto correrão à conta da Emenda Impositiva da ação orçamentária nº 08.242.0123.3.254.

Art. 5º. Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a tomar as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para efetivação da presente desapropriação.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Ostras, 17 de março de 2023.

MARCELINO CARLOS DIAS BORBA
Prefeito do Município de Rio das Ostras

DECRETO Nº 3551/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2816/2022.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar em favor do Município de Rio das Ostras nas dotações orçamentárias constantes do anexo único deste Decreto na importância de R\$292.266,00 (duzentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Art. 2º O recurso para atender o artigo 1º deste Decreto, fundamenta-se nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, em conformidade com anexo único do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2023.

MARCELINO CARLOS DIAS BORBA
Prefeito do Município de Rio das Ostras

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3551/2023

02 - MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMA DE TRABALHO	CR	DESPESA - FONTE	ANULAÇÃO	REFORÇO
02.10 - 18.541.0001.2.151	0224	3.3.90.30.00 - 1.704.0104	48.600,00	
SEMAP - Manutenção da Unidade	0227	3.3.90.39.00 - 1.704.0104		48.600,00
02.16 - 12.361.0004.2.625	0519	3.3.90.30.00 - 1.573.0000		88.128,00
SEMEDE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	0523	3.3.90.39.00 - 1.573.0000	243.666,00	
02.16 - 12.367.0004.2.651	0767	3.3.90.30.00 - 1.573.0000		58.320,00
SEMEDE - Transporte Escolar - Educação Especial	-	3.3.90.39.00 - 1.573.0000		97.218,00

TOTAL	292.266,00	292.266,00
--------------	-------------------	-------------------

DECRETO Nº 3552/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e nos termos da